

ARQUIVOS DA COMISSÃO DE CARTOGRAFIA:
A COSTA DE MOÇAMBIQUE NOS FINAIS DO SEC. XIX

Ana Cristina Roque¹

RESUMO:

Com o objectivo de elaborar e publicar uma colecção de mapas e estudos geográficos sobre os territórios ultramarinos portugueses foi criada, em 1883, a *Comissão de Cartografia*.

Na dependência do Ministério da Marinha e dos Negócios Estrangeiros e em estreita colaboração com a Sociedade de Geografia, a *Comissão* deveria iniciar os seus trabalhos em Angola e Moçambique na perspectiva da elaboração de uma Atlas que desse a conhecer a extensão e delimitação dos domínios portugueses, nomeadamente as fronteiras interiores das áreas que desde o século XVI eram consideradas portuguesas.

Moçambique foi, neste contexto e ainda no século XIX, um dos primeiros territórios a ser submetido a um levantamento sistemático. Fosse porque todas as campanhas de reconhecimento se iniciavam no litoral, fosse pelas particularidades específicas que este apresentava, o facto é que a imensa costa do que viria a ser Moçambique, polarizou as atenções das primeiras missões que, prosseguindo uma tradição quinhentista de reconhecimentos hidrográficos exaustivos, permitiram a sua cartografia precisa e actualizada.

O resultado destes trabalhos é hoje um importante *corpus* documental, com cerca de 500 cartas sobre Moçambique produzidas entre 1883 e 1936, que integra o acervo cartográfico do Instituto de Investigação Científica Tropical, parte do qual se encontra no Arquivo histórico Ultramarino.

Através da sua apresentação pretende-se evidenciar a sua importância não só na perspectiva da história da cartografia como sobretudo na da sua relevância enquanto documento histórico fundamental para a compreensão dos processos de alteração física e ambiental que ao longo dos séculos tem vindo a afectar toda aquela costa.

¹ Investigadora Auxiliar, Vice Directora do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical
ana.roque@iict.pt

A escolha deste tema decorre de um conjunto de trabalhos levados a cabo no âmbito de um projecto do IICT² que teve por base a organização, digitalização e estudo de documentação que integra os arquivos da antiga Comissão de Cartografia. Parte deste acervo integra o Arquivo Histórico Ultramarino³, cuja Coleção Cartográfica conta com cerca de 1500 cartas manuscritas e 1600 impressas, na sua maioria resultantes de missões técnicas e científicas desenvolvidas entre o século XVII e os anos 70 do século XX, adquirindo especial relevância as diversas cartas e plantas provenientes de organismos do antigo Ministério das Colónias / Ultramar.

Contudo, e apesar do AHU constituir o Arquivo, por excelência, do IICT, os arquivos desta Comissão encontram-se dispersos por várias unidades desta instituição⁴ e integram documentação de natureza muito variada que, no entanto, se complementa.

Entre cartografia, fotografia, documentação escrita e equipamentos utilizados, podem contar-se milhares de documentos e materiais que permitem hoje não só uma abordagem única e multidisciplinar às áreas, então sob domínio ou influência portuguesa nas quais a Comissão desenvolveu os seus trabalhos entre 1883 e 1936, como constituem uma peça fundamental para a História da Cartografia e para a História da investigação e da ciência nas regiões tropicais. Neste contexto, a cartografia enquanto documento histórico assume particular relevância.

Daí a importância de projectos que, como o acima referido ou o do Arquivo Científico Tropical que agora se inicia no IICT ou quaisquer outros de natureza interinstitucional que envolvam o AHU, visem a organização, a sistematização e o tratamento digital específico deste tipo de acervos por forma a permitir o seu estudo e, sobretudo, a sua disponibilização⁵.

Neste sentido, pareceu oportuno a presença neste simpósio através da apresentação de alguns aspectos de um trabalho que têm vindo a ser desenvolvido nesta perspectiva⁶; sendo que o enfoque dado a Moçambique corresponde sobretudo a um exemplo de abordagem específica que pode ser feita a esta documentação.

Para o período de vigência da Comissão, a cartoteca da Comissão de Cartografia inclui 481 cartas de Moçambique, na sua maioria produzidos pela própria Comissão ou sob sua chancela, ainda que incluía igualmente outras cartas que, não sendo de sua produção, foram no entanto utilizadas

² *Cartografia Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): Um registo patrimonial para a compreensão dos problemas actuais.* Projecto do IICT (2003-2006), coordenado pela Dra. Maria Emília Madeira Santos.

³ O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) é um serviço aberto ao público, cujo acervo ronda os 16km de documentação.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Departamento de Ciências Humanas (DCH) e Programa de Desenvolvimento Global (DES)

⁵ O tratamento específico da documentação cartográfica para acesso geral exige não só equipas interdisciplinares, como a colaboração interinstitucional que envolva o AHU e projectos próprios.

⁶ Do trabalho desenvolvido, resultaram já 3 artigos, dois dos quais já publicados. ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia (2006), "Reconhecimentos hidrográficos na cartografia portuguesa da costa Norte de Moçambique", comunicação apresentada à Mesa Redonda – Cartografia e Ciência Política Colonial. IICT, 12 e 13 de Abril in SANTOS, M. Emília e LOBATO, (coord.), *O Domínio da Distância*, Lisboa, IICT – Departamento de Ciências Humanas, p.109-120. ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia "Reconhecimentos Hidrográficos na Cartografia Portuguesa da Costa Centro e Sul de Moçambique no século XIX", comunicação apresentada ao Colóquio Internacional "Cartografar África em Tempo Colonial (1876-c.1940)", IICT, Auditório do Centro Cultural de Macau, Lisboa, 7-11 de Novembro de 2006. ROQUE, Ana Cristina e FERRÃO, Lúcia, "Mapping Mozambique Coast in the XIX century". *Proceedings of the 22nd International Conference on the History of Cartography*, 8-13 Jul., Berne.

nos vários trabalhos desenvolvidos em Moçambique. Do conjunto destas cartas prestou-se particular atenção às cartas hidrográficas dado que, neste caso preciso, o objectivo último era avaliar a importância histórica deste tipo de documentação para uma melhor compreensão dos processos de alteração da costa de Moçambique e, em especial, da alteração das estruturas de mangal⁷.

Neste sentido, foi elaborada uma base de dados para o registo de toda a informação adicional inscrita nestas cartas e que, de algum modo, pudesse contribuir para o objectivo pretendido e de que são exemplo, o registo de:

- Características físicas da costa: pontões, baixios, restingas, especificidades das margens dos rios, litorais rochosos, bancos de areia, procesos de assoreamento e erosão marítima e/ou fluvial....

- Elementos de identificação de áreas específicas: acidentes geográficos, grupos de árvores ou árvores isoladas,

- Representações da vegetação e dos ecossistemas costeiros: palmeiras e coqueiros, casuarinas, juncos, canaviais, mangais, zonas pantanosas ou de alagamento sazonal, lagoas costeiras (permanentes ou temporárias).....

- Referências a património edificado: faróis, farolins, postos semáforos, mastros e postes, fortins, edifícios públicos ou privados...

podendo, naturalmente virem a ser acrescentados outros aspectos, à medida que o trabalho for prosseguindo nas suas diversas vertentes e se tornar necessário incorporar novos elementos.

Esta primeira abordagem permitiu desde logo perceber que, a maioria destas cartas constitui um extraordinário repositório de informação histórica que possibilita uma outra leitura que não exclusivamente a de natureza cartográfica, tornando-as por isso particularmente relevantes para a História de Moçambique e da costa Sul-Oriental de África.

É certo que dos territórios que em tempo integraram o Império Português, Moçambique foi aquele que, logo desde o século XVI, despertou particular atenção, sendo alvo de sucessivas expedições de reconhecimento, em particular da faixa litoral⁸. A especificidade da navegação no Oceano Índico e a posição estratégica deste território no caminho para a Índia, foram factores determinantes para a elaboração de uma cartografia que se foi afirmando pela precisão possível e o registo detalhado de uma costa aparentemente fácil de navegar mas, de facto, traiçoeira e difícil de ultrapassar. Na documentação dos séculos XVI e XVII, abundam referências às calmarias que forçavam os navios a muitos dias de imobilidade, aos ventos contrários que faziam as embarcações recuar num dia o que tinham avançado em dois ou três ou às tormentas, que mesmo longe do cabo que lhes dava o nome, se apresentavam como responsáveis dos muitos naufrágios da Carreira da

⁷ No âmbito do projecto anteriormente referido e para o caso de Moçambique, tem-se vindo a estudar as cartas hidrográficas de Moçambique, produzidas e /ou utilizadas pela Comissão de Cartografia no sentido de avaliar a sua importância histórica para a compreensão dos processos de alteração física a que aquela costa tem vindo a ser sujeita.

⁸ A expedição de Cid Barbudo, em 1505, é a primeira expedição de reconhecimento do litoral desta região. "Regimento de Cid Barbudo (1505)". Arquivo Nacional – Torre do Tombo (ANTT), *Leis e Regimentos sem data*, M. I. Doc.24.

Índia. De facto, em nenhum outro espaço do então Império Português ocorreram tantos naufrágios quanto na costa sul-oriental africana.

Se o constatar desta situação se tornava de *per se* razão mais do que suficiente para investir num reconhecimento criterioso de toda esta costa, a própria organização da Carreira da Índia exigia um outro tipo de conhecimentos, mais ligado à logística indispensável ao seu normal funcionamento.

O apoio de um porto de escala na costa oriental africana era fundamental, senão mesmo inevitável e por isso se identificaram e registaram os sinais específicos das “conhecenças” da terra - em particular de portos e baías abrigados em que as espécies vegetais e os acidentes geográficos se apresentavam como indicadores preferenciais -, as barras difíceis de acometer, as diferentes formas de aproximação à costa e os baixios e bancos de areia a evitar; do mesmo modo que se procedeu à identificação cuidada dos locais onde se podia prover ao reabastecimento de água e mantimentos ou onde, em caso de necessidade, se podiam fazer pequenas reparações nos navios por forma a viabilizar a continuação da viagem.

É óbvio que nem tudo isto aparece na cartografia da época, que naturalmente enferma ainda da ausência de meios e técnicas que se reflectem em alguma imprecisão. Contudo, as descrições detalhadas e as notas de viagens, que ao longo dos séculos foram passando de mão em mão, bem como o conhecimento pela experiência dos que por ali passavam ou que se foram fixando em alguns pontos ao longo da costa, foram permitindo colmatar possíveis lacunas, tornando-se evidente que, nas cartas de meados do século XVI, o traçado do perfil desta costa apresentava já um considerável grau de precisão⁹.

Ainda que estas considerações possam parecer marginais ao tema que aqui se apresenta o facto é que este tipo de reconhecimentos e, sobretudo, a tradição da descrição e da elaboração de relatórios circunstanciados dando conta das características dos vários pontos da costa e, sobretudo, das sucessivas alterações físicas que neles foram ocorrendo, possibilitaram a criação de um banco de dados, com informações seculares, muitas das quais foram posteriormente incorporadas nas cartas do século XIX, permitindo-nos hoje ter uma melhor percepção das alterações a que aquela costa tem vindo a ser sujeita.

Naturalmente que este tipo de registo é particularmente significativo para as áreas onde a presença portuguesa se tornou efectiva logo no início do século XVI, dado que a permanência no local permitia observações continuadas e sistemáticas. Sofala e o Delta do Zambeze são neste contexto exemplos notáveis uma vez que, para ambos se dispõe de informação precisa, desde as primeiras décadas de 500, sobre os processos de assoreamento das barras dos rios e o de avanço das águas do mar; sendo que foi justamente a combinação destes dois processos que, nos finais do

⁹ Vejam-se, por exemplo, as cartas incluídas no *Livro de Marinharia de João de Lisboa (1550-1560)*

século XIX, se apresentou às equipas da Comissão de Cartografia como a principal dificuldade ao mapeamento preciso da região.

Importa pois sublinhar que este saber acumulado contribuiu para que, a partir da segunda metade do século XIX e beneficiando de técnicas e instrumentos que ultrapassavam os sonhos mais ousados dos homens do século XVI, a Comissão de Cartografia pudesse proceder a um trabalho científico e rigoroso de que resultou a cobertura cartográfica de quase todo o território de Moçambique.

Parte deste trabalho foi levado a cabo nos finais do século XIX, quando Portugal se viu na necessidade de delimitar os territórios africanos que historicamente reclamava como seus, face às pretensões de uma Europa que despertava para a ocupação e partilha do continente africano. As decisões tomadas na Conferência de Berlim em 1885, evidenciavam a fragilidade da presença portuguesa expressa numa ocupação dispersa por pequenos núcleos, na sua maioria situados ao longo da costa de Moçambique entre Cabo Delgado e Lourenço Marques, e que muito dificilmente sustentavam as pretensões de soberania da coroa portuguesa sobre um imenso território cujos limites, de facto, se desconheciam. Escusado será dizer que o mesmo se aplicava à costa Ocidental africana onde, salvo raras excepções, a presença portuguesa em Angola tinha também predominantemente a marca do litoral. Em ambos os casos e para a maior parte do interior, a presença portuguesa em algumas áreas, mais não era do que uma memória apoiada em viagens¹⁰, relatórios e mapas de um tempo anterior sem outras fronteiras que não fossem as naturais, enquanto noutras áreas era já a influência europeia, principalmente inglesa, que se mostrava preponderante.

O encontro de Serpa Pinto com Stanley, em Agosto de 1887, em Cabinda, no preciso momento em que Stanley acabava de atravessar o sertão que ligava Moçambique a Angola e testemunhava que todos os povos que tinha contactado diziam ser portugueses¹¹, foi seguramente utilizado para defender a pretensão do contróle ou influência portuguesa sobre a imensa área que se abarcava no *Projecto do Mapa-cor-de-rosa*, oficialmente apresentado em Lisboa em 1887. Todavia, a realidade de uma Europa em expansão e o seu interesse pelo continente africano não se compadeciam com os sonhos portugueses e Portugal foi forçado a investir no reconhecimento geográfico, hidrográfico e cartográfico das suas antigas possessões bem como na sua ocupação territorial efectiva sob pena de não ver aí reconhecida a sua soberania.

Consequentemente, cartografar o território de Moçambique no século XIX foi, em simultâneo, demarcar fronteiras e delinear os contornos de um futuro país, independentemente de

¹⁰ Respectivamente, 1798 – Viagem de Lacerda e Almeida; a.1803 – Descida do Zambeze; 1803 – Primeira Viagem ao Alto Cassai; 1802-1811 – Viagem dos Pombeiros.

¹¹ "Todos os povos até à outra costa lhe disseram que eram portugueses", *Correspondência de Alexandre Serpa Pinto - Carta a Luciano Cordeiro, Cabinda, 20 de Agosto de 1877.*, – Arquivos da Sociedade de Geografia de Lisboa

qualquer outra realidade regional que não fosse a dos interesses e presença dos europeus na região. E esta tarefa coube, inevitavelmente, à Comissão de Cartografia.

Na dependência da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e trabalhando em estreita relação com a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Comissão de Cartografia foi criada em 1883 com o imediato propósito de elaborar e publicar uma colecção de cartas das possessões ultramarinas e desenvolver os necessários estudos geográficos a elas associados; sendo que as primeiras missões deveriam realizar-se em Angola e no Norte de Moçambique, mais precisamente entre o lago Niassa e o Arquipélago das Quirimbas.

Porém, como todas as expedições começavam e acabavam na costa e os rios mais importantes eram, de facto, as grandes vias de penetração para o interior, a cartografia da costa de par com o reconhecimento dos sistemas hidrográficos acabou por ser o resultado imediato destas primeiras missões.

Com a chancela da Comissão de Cartografia surgiram assim, entre 1884 e 1885, os primeiros mapas hidrográficos da costa centro e norte de Moçambique, - o Plano do Porto e barra do Rio Inhamissengo (1884) e o Plano do Estuário do Rio Punguè (1885). Reflectindo naturalmente os propósitos que norteavam os trabalhos da Comissão, estas cartas revelam, em simultâneo, o uso dos novos métodos e tecnologias possíveis de aplicar e a estreita colaboração com os oficiais da marinha que, no terreno, asseguravam os levantamentos indispensáveis à sua elaboração.

Independentemente das atribuições específicas da Comissão, a colaboração directa com a Marinha era inevitável já que esta era responsável pela maioria dos trabalhos, mais ou menos directamente, ligados à zona costeira. As alterações permanentes do perfil da costa, a especificidade do sistema de monções e os ciclos de seca alternando com períodos de cheias de dimensões catastróficas obrigavam as equipas da marinha a observações continuadas e sistemáticas por forma a manter uma informação actualizada, em particular sobre as alterações dos portos e barras, sobre a navegabilidade dos rios, ou mesmo sobre o desaparecimento de sinais tidos como identificadores de determinados pontos.

Dada a natureza dos trabalhos da Comissão, tornou-se também e desde logo notória a necessidade de colaborar não só com o exército, que de certo modo tinha no interior o papel que a Marinha desempenhava no litoral, como com especialistas nas áreas da geodesia e da geografia. Esta cooperação passava também pela partilha de equipamentos e meios de transporte, pressupondo naturalmente um trabalho de equipa, articulado não só com a disponibilidade dos meios técnicos e humanos, como com as condições climatéricas que impunham que a maioria dos trabalhos fosse desenvolvida na estação seca.

Importa ainda referir que, para lá destas condicionantes, a Comissão teve ainda de enfrentar outro tipo de problemas, mais relacionados com a situação de agitação política e social que se vivia em certas áreas e viu muitas vezes o seu trabalho técnico interrompido por os seus membros serem solicitados para outras acções, principalmente, de natureza diplomática, como no caso da participação na comissão de delimitação de fronteiras ou em negociações de paz.

Porém e apesar de terem contribuído para alguma lentidão na prossecução dos trabalhos, estas contingências não interferiram, de facto, na qualidade do trabalho da Comissão, sempre pautado pelo registo minucioso dos vários elementos que identificam e caracterizam a costa de Moçambique. E justamente um dos aspectos mais significativos que foi registado, foi o da combinação dos processos de assoreamento dos rios e de erosão marítima associado à presença ou ausência de outros elementos, como sejam, por exemplo, os faróis.

De acordo com a documentação de arquivo, o primeiro farol desta costa foi construído no Delta do Zambeze, mais precisamente na margem esquerda do estuário do Inhamissengo; sendo a sua localização confirmada por António Morais Sarmiento numa carta de 1890. Curiosamente, 3 anos depois já não há qualquer referência à sua existência e apenas, episodicamente, se indica a sua primitiva localização em área que a partir de 1893, se identifica como tendo sido “corroída pelo mar”. O facto de Augusto de Castilho, em 1884, referir para as mesmas coordenadas, não um farol, mas um mastro de bandeira, faz supor que a sua construção foi posterior a esta data e torna evidente que o curto período da existência deste farol testemunha não só a rapidez do avanço das águas do mar e as consequentes alterações que ocorrem nesta costa, como denuncia que mesmo uma sistemática e continuada observação da costa não anula a possibilidade do erro.

Enquanto capitão da Marinha e mesmo antes da existência da Comissão de Cartografia, Augusto de Castilho foi responsável pelas missões de reconhecimento do Delta do Zambeze, com particular incidência nos Rios Inhamissengo, Luabo e Chire, de que resultou a convicção de ser o Inhamissengo a melhor entrada do Zambeze e poder vir a ser a alternativa ao porto da foz do Chinde que, no terceiro quartel do sec. XIX, apresentava já sinais visíveis de assoreamento. Porém, no final dos anos 80, não lhe subsistiam quaisquer ilusões quanto a qualquer um destes rios. O processo de alteração do perfil da costa e das embocaduras dos rios em todo o delta do Zambeze fazia-se a uma tal rapidez que, dois anos eram mais do que suficientes para alterar drasticamente a estrutura de todo o delta que apresentava então mais de 200km, de linha de costa inteiramente cobertos de mangal.

Do seu relatório¹², em 1869, transparece uma certa impotência para lutar contra esta situação e uma profunda insatisfação pelo trabalho desenvolvido. Começara por usar as cartas portuguesas de 1861, cotejara-as com as do Almirantado inglês de 1858 e concluíra que de pouco ou

¹² CASTILHO, Augusto de (1869), “Relatório à cerca das bocas do Zambeze, e com especialidade do Rio Inhamissengo”, *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*, 1869, Lourenço marques, nº45

nada lhe serviriam pois não correspondiam em nada à realidade. Empenhou-se em corrigi-las, de acordo com os reconhecimentos que ele próprio dirigira e via-se na necessidade de concluir que também as suas cartas, dentro de dois ou três anos, não teriam, como as anteriores e pelas mesmas razões, qualquer utilidade.

Mau grado ser esta uma situação característica de toda esta costa, Augusto de Castilho estava justamente a trabalhar na zona mais sensível e onde estes processos se manifestam de forma mais drástica; sendo que, noutros pontos da costa e ainda que não negligenciando a necessidade de reconhecimentos sistemáticos e de os cotejar permanentemente com dados anteriores¹³, nomeadamente os resultantes do levantamentos efectuados pelo Almirantado inglês, se tornava possível mapear com grande rigor, procedendo-se ao registo exhaustivo dos sinais tidos como de identificação dos principais pontos ao longo da costa.

Neste contexto, as estruturas de vegetação e as árvores isoladas são, incontestavelmente, os sinais aos quais se presta mais atenção.

Prosseguindo a tradição dos roteiros e diários de navegação, registou-se a flora e a vegetação ao longo da costa e da foz dos rios com particular acuidade, enquanto se identificaram e desenharam cuidadosamente as árvores isoladas, quando tidas por identificadoras de locais ou referenciais a ter em conta na aproximação a certas áreas.

Os cartógrafos dos finais do séc. XIX, revelaram-se observadores atentos desta diversidade florestal. Espécies, como as casuarinas, as palmeiras e os coqueiros, ou ecossistemas, como os mangais ou as lagoas costeiras, foram frequentemente referenciados para áreas específicas.

No primeiro caso foram quase sempre consideradas como “conhecenças” da costa e por isso designadas como “árvores notáveis”, tornando-se particularmente importante rectificar esta informação em caso de desaparecimento sob pena de induzir em erro o navegador menos avisado.

Quanto aos ecossistemas, as principais referências polarizam-se em torno dos mangais, bordejando estuários, deltas e estendendo-se por vezes vários kms. no *hinterland* das zonas costeiras da região central, ainda que adquiram também particular importância a identificação de juncais e canaviais, nas margens dos rios e lagoas, sobretudo quando podem interferir, mesmo que pontualmente, com a navegação fluvial.

Para lá destas situações e sempre que não foi possível precisar os vários tipos de espécies existentes em cada zona, procurou-se uma aproximação à forma real das espécies observadas, recorrendo-se a esboços de aspectos particulares da vegetação que, como por exemplo, a copa das árvores - irregular, redonda, triangular - permitem perceber as variantes regionais e servir assim de

¹³ Veja-se, por exemplo, ENES, António (1946), *Moçambique – Relatório apresentado ao governo, 1893*, Lisboa, AGU

suporte a estudos futuros no âmbito desta temática. Por outro lado, e para os que sistematicamente se repetiam, cedo se foram fixando e constituindo legendas, hoje padronizadas e facilmente reconhecidas por qualquer um nos mapas modernos.

Nos finais do século XIX, e salvo raras excepções como é o caso da costa entre o Cabo S. Sebastião e Moebase - que por falta de meios financeiros e de equipamentos específico só na segunda metade do século XX seria devidamente cartografada¹⁴ - , toda a costa de Moçambique havia sido sujeita a reconhecimentos sistemáticos que resultaram numa cartografia de grande precisão e detalhe.

Neste contexto, um dos principais *out-puts* do trabalho que temos vindo a desenvolver pode ser o mapeamento da região costeira, reflectindo as alterações ambientais em curso nomeadamente as alterações climáticas, mas ainda sem as alterações decorrentes da grande pressão humana a que estas áreas foram sujeitas nos finais do século XX.

Como para qualquer mapa, cada uma das cartas deste Arquivo tem um mundo de informações a desvendar. Um mundo que o cartógrafo organizou de acordo com as missões de que ia incumbido e dos objectivos últimos a que cada carta deveria dar resposta. Contudo, apesar da precisão da cartografia, qualquer um destes mapas pode ser analisado enquanto documento escrito e, conseqüentemente, as respostas que esperamos encontrar dependem, em última instância, de nós próprios, dos nossos objectivos e em função de situações actuais que procuramos compreender numa perspectiva histórica. Neste sentido, cada uma das cartas deste Arquivo é uma pequena mas importante peça da nossa História, da História de Moçambique e da costa Sul-Oriental Africana e por isso, tal como os demais documentos, a sua utilização e, sobretudo, a sua reprodução deve também respeitar de modo transparente os direitos patrimoniais da instituição detentora, sob o risco de dificultar a cooperação necessária ao desenvolvimento de projectos que contribuam para a reconstituição de memórias nacionais, partilhadas e por vezes conflituais, no espaço lusófono.

¹⁴ Relatório resumo dos trabalhos da Missão Hidrográfica de Moçambique, desde 1930 a 1940. Setembro de 1940, p. 9-10